



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Daniela Gonçalves da Silva

**ACESSIBILIDADE FÍSICA NO CAMPUS DE TRÊS LAGOAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL: O OLHAR
DE UMA ESTUDANTE DO CURSO DE PEDAGOGIA**

TRÊS LAGOAS - MS 2023



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Daniela Gonçalves da Silva

**ACESSIBILIDADE FÍSICA NO CAMPUS DE TRÊS LAGOAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL: O OLHAR
DE UMA ESTUDANTE DO CURSO DE PEDAGOGIA**

Trabalho apresentado como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Campus de Três Lagoas CPTL, sob a orientação da Prof. Dr. José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti.

TRÊS LAGOAS - MS

2023

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	11
2.1 Caracterização da pesquisa.....	11
2.2 Espaços da investigação	11
2.3 Sujeitos participantes da pesquisa	12
2.4. A coleta de dados.....	13
2.5 Análise dos dados	15
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
3.1 Inclusão escolar no Ensino Superior	15
3.2 O Modelo Social de interpretação da deficiência.....	17
3.3 Sobre acessibilidade física: barreiras e modos de eliminá-las	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
4.1 Entrevistas	21
4.1.1 Inclusão escolar no ensino superior	21
4.1.2 Acessibilidade física no CPTL	22
4.2 Observações realizadas pela pesquisadora	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
6 REFERÊNCIAS.....	49

“Para viver a inclusão, temos que sair de nós e nos colocar no lugar do outro. Assim aprendemos a conviver no mundo!”

(Maria Teresa Eglér Mantoan)

Dedicatória

Parece um grande egoísmo, mas dedico este trabalho a mim mesma, Daniela. Ter escrito o meu trabalho de conclusão de curso e ter chegado até aqui não significa apenas uma formação em licenciatura em Pedagogia. Mais do que isso, significa que consegui superar as dificuldades, que tudo de ruim que aconteceu comigo ficou no passado; significa que fui capaz, que consegui e que, acima de tudo, sou vitoriosa. Tive muitos amigos que me apoiaram e estiveram comigo neste processo, mas é a mim que eu devo dedicar este trabalho, porque só eu sei o que ele significou para mim.

Agradecimentos

Agradeço àqueles que estiveram comigo até aqui, que me apoiaram e não me deixaram desistir. Sem eles e, claro, sem mim também, este trabalho não teria sido realizado: Adriana Sampaio (psicóloga), Deus, meus pais Maria Aparecida Gonçalves Azambuja e Cláudio Luiz Azambuja da Silva, meu melhor amigo João Vitor Ferreira da Silva, e, por último, meu querido e ilustre professor José Eduardo Lanuti, que sempre foi muito paciente e fez uma ótima orientação.

Resumo

Este trabalho buscou responder à seguinte pergunta: existe acessibilidade na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul campus de Três Lagoas (CPTL), unidade 2? Para respondê-la, teve como objetivo geral analisar a acessibilidade física no campus de Três Lagoas da UFMS, segundo os estudantes considerados com deficiência visual e minhas observações enquanto aluna e pesquisadora. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de observações no CPTL e também por meio de entrevistas com duas estudantes consideradas com baixa visão do campus. Foram observados os blocos 1,2,3 e 4 do campus e as observações registradas por meio de fotos. As conclusões do estudo foram: embora a UFMS venha avançando na busca pelo conhecimento sobre acessibilidade e inclusão e venha se dedicando à organização de comissões que tratam dessa temática no campus, ainda não há acessibilidade física no CPTL unidade II.

Palavras-chave: Acessibilidade; Barreiras; Inclusão; Deficiência.

1 Introdução

Nascida no dia 27 de junho de 1994, em Diamante do Norte - PR, tenho 29 anos. Minha trajetória escolar na infância não foi das melhores. Sempre sofri muito bullying pelo fato de mudar muito de cidade e as vezes de estado, por causa do emprego do meu pai. Por conta disso meu sotaque era sempre o motivo de chacota, ou minhas orelhas, que diziam eles, serem grandes demais. Sentia-me excluída. Conforme os anos foram passando, comecei a perceber outras formas de exclusão na escola. A falta de pessoas consideradas com deficiência, por exemplo, foi uma das questões que notei e isso sempre me incomodou.

Sempre considerei que a exclusão ocorria apenas com o público-alvo da Educação Especial, ou seja, pessoas consideradas com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos do espectro do autismo (BRASIL, 2008). Apenas quando ingressei na Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, no ano de 2020, descobri que existem inúmeras formas de se excluir e diversos grupos de pessoas considerados excluídos. Por falta de esclarecimento pedagógico, na época, não compreendia bem tais questões, mas atualmente tenho mais clareza que de fato eu era excluída não somente pelos alunos, mas pela escola também.

No Ensino Médio tive uma experiência que me fez pensar ainda mais que a exclusão escolar precisava ser combatida. Havia, na escola, um menino com Síndrome de Down no terceiro ano. Naquela época eu cursava o segundo ano. Ele sofria muitos abusos verbais e físicos e até chegou a ser queimado. Não entendia por que eles faziam aquilo, não compreendia o que era a síndrome de Down, apenas pensava que ele era “diferente”, mas não merecia aquilo. A escola acabou expulsando aqueles alunos que faziam bullying com o estudante com Síndrome de Down.

Ingressei na Universidade Federal do Paraná (UFPR), campus de Palotina- PR, no curso de Biotecnologia. Notava que quase não se via pessoas consideradas com deficiência, autismo ou altas habilidades, naquele espaço. Quando tive uma professora surda para ministrar a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) achei sensacional pois nunca havia tido um professor surdo. Aquela disciplina me fazia questionar: por que os estabelecimentos em geral não contratam funcionários com habilidades para atender a esse público-alvo da educação especial ou não fazem formação para que todos vivam em uma sociedade acessível?

Infelizmente não concluí o curso, adquiri uma depressão severa e sofri um abuso sexual e morando sozinha não consegui lidar com todas essas questões e pedi que meus pais me buscassem e me trouxessem para morar com eles novamente. Ao morar com eles iniciei um tratamento para ser reinserida na sociedade, pois sentia muito medo de me relacionar com outras pessoas. Após dois anos de tratamento, minha psicóloga recomendou que eu voltasse a estudar.

Anos depois, em novembro de 2017, mudei-me para Três Lagoas – MS e fiz amizade com uma pessoa considerada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Pude perceber, enquanto conversava com a mãe dele, o quanto faltava apoio nas escolas para auxiliar este público, o quanto o direito desse público a uma educação inclusiva, de qualidade, era desconhecido.

Os pais de estudantes público-alvo da educação especial, com os quais eu convivía, criaram um grupo na cidade de Andradina-SP para trocar e compartilhar as experiências, organizar movimentos e mostrar seus direitos aos pais que não sabiam que existiam - uma forma de apoio mútuo. As experiências que vivenciei em relação à inclusão escolar, ou melhor, à falta dela, me fizeram pensar: “preciso trabalhar com a inclusão!”. Mas, até então, os conhecimentos que eu tinha sobre esse tema não eram baseados em uma teoria que pudesse me ajudar a entender melhor o assunto.

Em 2020, ingressei na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/ CPTL), campus de Três Lagoas, no curso de Pedagogia. No 5º semestre, tive a disciplina de Educação Especial e Práticas Inclusivas com o professor Doutor José Eduardo Lanuti e então tive a certeza de que gostaria de trabalhar na área da inclusão e acessibilidade e que iria escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a acessibilidade no campus. Tive essa certeza pois comecei a ter algumas respostas para perguntas que me inquietavam e mais questionamentos para o que vinha aprendendo na disciplina. Com o passar das aulas, cada vez mais a necessidade de conhecer sobre inclusão para poder fazer a diferença na vida de meus alunos e demais pessoas com as quais eu for conviver no futuro.

Tive, no início, inúmeras ideias de temas voltados à inclusão que eu gostaria de abordar, como: contação de histórias para pessoas surdas (na época eu estava contando histórias no Centro de Educação Infantil em que trabalhava); Tecnologia Assistiva, AEE etc.

Durante a disciplina, tivemos uma roda de conversa com o professor Paulo Henrique, formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente- SP e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Inclusão (NEPI) da UFMS, coordenado pelo professor José Eduardo Lanuti. O encontro se deu via *google meet*. Aquele encontro foi especial! Paulo é cego e nos contou como foi, para ele, estudar em uma universidade. Ele nos contou sobre as barreiras que enfrentou, o preconceito por parte dos colegas de turma, a falta de recursos de acessibilidade, suas dificuldades para se ter acessibilidade dentro da universidade. Citou uma história que ocorreu entre ele e um professor, que criou uma barreira na aula quando não ofereceu recurso adequado a ele para que pudesse entender, pois o recurso que ele utilizou era visual (que não foi descrito), não dando oportunidades para que ele pudesse “perceber” a imagem. A produção da deficiência, naquele caso, ficou guardada em minha memória.

A partir daquela experiência, passei a refletir sobre a “minha universidade”. Ao caminhar por ela, notei o quão escura ela é, por falta de iluminação adequada. A falta de rampas de acesso e de recursos tecnológicos acessíveis passaram a despertar minha atenção. Com as aulas de Educação Especial e Práticas Inclusivas, aprendi que a questão que me intrigava era *a falta de acessibilidade física nos espaços públicos*. Conforme ia estudando e me aproximando mais deste assunto, constatava com mais facilidade as necessidades das pessoas consideradas com deficiência.

Durante o curso, participei de uma formação continuada sobre “escola que eu quero para todos – equidade social e racial”. Esta formação foi oferecida pela E.M Parque São Carlos pela Secretária de Educação de Três Lagoas. Alguns aspectos daquela formação me chamaram a atenção. Havia aprendido nas aulas que a inclusão é “para todos” os alunos, crianças, jovens, adolescentes e adultos considerados com deficiência e adultos considerados sem. No entanto, em momento algum a palestrante falou sobre as pessoas consideradas com deficiência e isso me incomodou tanto que a questionei e ela não soube me responder. Além da fala da palestrante, outra questão que me incomodou muito foi o fato de nenhum outro professor ter questionado. Por que poucas pessoas questionam a exclusão? Por que esses debates não acontecem nas escolas e nas universidades com maior frequência? Essas eram algumas das questões que eu me fiz.

Para que a inclusão aconteça nas escolas de Educação Básica e de Ensino Superior, é necessário que se garanta a acessibilidade de professores e alunos, que todos tenham condições de acessar todos os espaços, informações e assim, além de entrar, ter condições de permanecer e participar de todas as atividades, segundo suas possibilidades e interesses.

Voltando à disciplina Educação Especial e Práticas Inclusivas, ministrada pelo professor Doutor José Eduardo Lanuti, aprendemos nas aulas que a deficiência não está na pessoa e sim no meio e, estando no meio, a deficiência é provocada pelo encontro de uma pessoa com uma barreira, que pode ser linguística, comunicacional, física (arquitetônica) e atitudinal. Dentre elas, a que mais me incomoda é a barreira física que, no caso desta pesquisa, está materializada na arquitetura do espaço do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (CPTL/UFMS), pois percebo que nem todas as pessoas conseguem ter acesso a todos esses espaços. Quando compreendemos que a deficiência não está na pessoa e sim no meio, estamos nos baseando no Modelo Social da deficiência e essa foi minha base para investigar a acessibilidade na UFMS, campus de Três Lagoas, além do Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos (BRASIL, 2015)

Sobre essas questões vale pensar que, de acordo com a portaria nº 323, de 10 de setembro de 2020 (Brasil,2020), coaduna-se com a legislação de acessibilidade brasileira, inclusive com

a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que determina a adoção de medidas para a melhoria do acesso das pessoas com deficiência ao meio físico, ao transporte, à comunicação e à informação, aos serviços e instalações abertos ao público ou de uso público. Essa implementação poderia ter sido feita há muito tempo. O progresso para a educação inclusiva e acessibilidade é muito lento.

No dia 16 de maio de 2023 passei a fazer parte da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade do CPTL da UFMS, a convite do professor-orientador José Eduardo Lanuti, também presidente da Comissão. Os demais membros da comissão concordaram para que eu entrasse.

A Comissão tem como objetivo atender professores, funcionários e demais servidores quanto as demandas (barreiras que encontram e que dificultam seu acesso a aprendizagem) apresentadas pelos alunos do público-alvo da educação especial.

Fazer parte dessa comissão está sendo uma experiência única, foi através dela que aprendi que a acessibilidade não se trata apenas de um determinado público – aqueles considerados com alguma deficiência - mas todo tipo de barreira que está sendo imposta para os estudantes em geral. Tive a oportunidade de conhecer uma moça que vive a situação de baixa visão e ela tem me ensinado muito, pois fala das dificuldades que enfrenta em relação às acessibilidades físicas e atitudinais, a física é interessante salientar que ela consegue muita ajuda/contribuição dos colegas da universidade, mas e quem não tem colegas para ajudar? Mesmo com a cooperação de alguns colegas é imprescindível e necessário a garantia dessa acessibilidade nos espaços dentro da universidade para garantir a autonomia dos estudantes. Afinal, para que uma universidade, uma escola ou qualquer outro espaço público seja considerado como um espaço inclusivo, ele precisa ser acessível e acessibilidade, por sua vez, prevê segurança e autonomia.

A partir do problema que identifiquei, surgiu a necessidade de responder à seguinte pergunta: Existe acessibilidade física no campus de Três Lagoas da UFMS, segundo a perspectiva de estudantes considerados com deficiência visual? A partir dessa pergunta, o objetivo geral deste estudo foi analisar a acessibilidade física no campus de Três Lagoas da UFMS, segundo os estudantes considerados com deficiência visual. Para alcançar esse objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as barreiras físicas existentes no CPTL no bloco 1, bloco 2, bloco 3 e bloco 4.
- Analisar o que estudantes considerados com deficiência visual do CPTL pensam a respeito da acessibilidade física na Universidade.

A seguir, o percurso metodológico da pesquisa desenvolvida.

2 Percorso Metodológico

2.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa que desenvolvi foi de abordagem qualitativa, pois ela me deu oportunidades de investigar um fenômeno sem estar preocupada exclusivamente com questões quantitativas. O percurso da investigação foi leve, e a coleta de dados com as pessoas participantes ocorreu sem que eu precisasse seguir uma forma mecânica e totalmente estruturada. Segundo Godoy (1995), nessa abordagem de pesquisa o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados podem ser coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Utilizei também o Estudo de Caso, ou seja, um estudo local nos espaços do Bloco 1, Bloco 2, Bloco 3 e Bloco 4, buscando não generalizar as informações.

2.2 Espaços da investigação

A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - campus Três Lagoas - UFMS/CPTL, foi o espaço em que desenvolvi minha pesquisa. Inicialmente era um Instituto de Ciências Humanas e Letras. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passando a se denominar Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Três Lagoas passou a se chamar Centro Universitário de Três Lagoas (Ceul) e foi, em 26 de fevereiro de 2000, com a aprovação do Estatuto da UFMS por meio da Portaria MEC nº 1.100, de 13 de julho de 1999, a se chamar Câmpus de Três Lagoas (CPTL). Atualmente, o CPTL possui duas Unidades. Na Unidade I são realizados projetos de ensino, pesquisa e extensão que atendem a população de Três Lagoas e região. Na Unidade II são ofertadas as aulas teóricas e práticas dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

O CPTL é onde estudo, local em que aprendi sobre inclusão a partir das aulas com o professor José Eduardo Lanuti e por ter observado a falta de acessibilidade em alguns espaços. Concentrei minha investigação no bloco 1, bloco 2, bloco 3, bloco 4, pois são os blocos que frequentei durante toda a minha graduação.

Nesses blocos estão localizados as salas dos cursos de Pedagogia e Direito (bloco 4) que possui 7 salas de aula 5 do curso de Pedagogia e 2 do curso de Direito e a sala de coordenação

do curso de Direito e um bebedouro, já no (bloco 3) possui a sala de secretaria de da Pós-Graduação, auditório, salas de aula e laboratórios, neste bloco no primeiro andar possui o auditório, a secretaria da Pós- Graduação e laboratórios, contendo dois banheiros um masculino e um feminino, um elevador desativado, uma escada para o segundo andar para as salas de aula; no Bloco 1 possui laboratórios dos cursos de Biologia, Geografia, secretaria acadêmica, brinquedoteca, sala de professores de vários cursos Pedagogia, bebedouro, copa, dois banheiros masculino e feminino, um espaço de convivência para os estudantes, sala do Diretor (Reitor da Universidade); no bloco 2 há biblioteca sua entrada é por catracas com o uso de carteirinha, há várias mesas redondas brancas e cadeiras, há salas de estudo, precisa ser reservada antecipadamente para seu uso, há várias estantes com livros e alguns computadores. De todos esses espaços, para esta pesquisa resolvi selecionar aqueles que mais frequentei durante o meu curso: os espaços do bloco 1 onde eu passei todos os dias pelos corredores para levar documentação na secretaria, acessar a sala de alguns professores do meu curso de Pedagogia, encho minha garrafinha de água, no bloco 4 pois são as salas que estudei durante o meu período acadêmico, o bloco 3 pois é próximo do bloco 4 que estudo, no bloco 2 que fica a biblioteca, frequentei poucas vezes durante o curso para realizar trabalhos da faculdade que foram em grupo. Além disso, busquei analisar a acessibilidade física nesses espaços através de pessoas consideradas com deficiência com quem tenho um vínculo maior, de modo que elas pudessem me indicar, com mais objetividade, os seus problemas em relação à acessibilidade no campus e as barreiras que enfrentaram no dia a dia.

2.3 Sujeitos participantes da pesquisa

A pesquisa contou com a participação de duas alunas do CPTL e de uma servidora. A seguir, algumas informações sobre cada uma delas.

A primeira participante é Assistente Social do campus CPTL, especialista em Gestão Social: Políticas Sociais, Redes e Defesa de Direitos. R¹ é também membro da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade. Atua como assistente social no campus CPTL, através da Unidade de Apoio Para Assuntos Estudantis (UAP-AES), fazendo-se muito necessária na comissão, pois consegue trazer as problemáticas que os estudantes enfrentam para que haja o alcance dos apoios para a acessibilidade dos quais todos os estudantes precisam. A UAP-AES

¹ R é a sigla utilizada para preservar a identidade da participante.

é a unidade responsável pela orientação, apoio, execução e acompanhamento das ações da política de assistência estudantil do CPTL.

A segunda participante, G², é aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia pelo campus Três Lagoas, cursando o oitavo semestre. Possui baixa visão, necessita de recursos de acessibilidade para ter acesso ao conteúdo das aulas.

A terceira participante, M³, é uma mulher ingressa do curso de Letras, que já se graduou em Direito e Pedagogia. É professora e mestra em Educação. Possui Retinose pigmentar (doença genética que causa perda de visão). Enfrentou inúmeros desafios dentro da Universidade quanto à falta de acessibilidade. É também membro da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade.

2.4. A coleta de dados

Para coletar os dados para a pesquisa que desenvolvi, atuei em duas etapas: a observação do campus e o desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas.

Na pesquisa em Educação, a observação pode ser um importante procedimento de coleta de dados, pois é uma técnica de registrar as primeiras impressões do espaço superficialmente e ir observando com mais detalhes à medida que vai se aprofundando a pesquisa.

Na técnica de observação ao vivo, verifica-se quando algo é observado pela primeira vez, os aspectos mais impressionantes do observado são retidos inicialmente. Sendo assim, se o comportamento observado não for visto outras vezes, pontos mais detalhados do observado poderão passar despercebidos aos olhos do pesquisador (BELEI, GIMENIZ-PASCHOAL, NASCIMENTO E MATSUMONO, 2008, p.4)

A entrevista semiestruturada consiste em um diálogo entre entrevistador e entrevistado que, embora siga um roteiro e tenha certa estrutura, ela pode se flexibilizar de acordo com as respostas das participantes. Foi exatamente assim que atuei na realização das entrevistas: conforme as participantes iam se sentindo à vontade para trazer às tona suas experiências, as perguntas foram sendo realizadas, de uma forma espontânea, em uma espécie de “bate-papo”, conduzido, obviamente, pelos objetivos da pesquisa.

A entrevista com a estudante “G” foi presencial no período noturno dentro do campus da universidade no bloco 4, onde estudamos, foi uma entrevista rápida, onde fiz perguntas utilizando um roteiro base, gravei as entrevistas pelo celular e depois as transcrevi no caderno para que eu pudesse me organizar, após isso passei para o computador.

² G é a sigla utilizada para preservar a identidade da participante. ³ M é a sigla utilizada para preservar a identidade da participante.

A entrevista com a estudante “M” foi através do *Google Meet* no período vespertino, ela se sentiu extremamente à vontade com as perguntas e pudemos dialogar além do roteiro base e consegui respostas para todas as minhas perguntas, também foi uma entrevista gravada pelo celular e transcrita.

Com a Assistente Social, foi uma conversa informal sem a utilização de um roteiro base em sua sala no período vespertino. Embora o enfoque do meu estudo não fosse entrevistar os servidores da UFMS que trabalham com a acessibilidade, pensei ser interessante conversar com a Assistente Social do campus, pois ela é uma pessoa que trabalha com as cotas nos vestibulares, é uma servidora que presta auxílio aos alunos com deficiência e ela estava disponível no momento para contribuir com minha pesquisa.

Via E-mail combinamos de nos encontrar em sua sala no campus, foi uma conversa bem descontraída e muito importante, onde pude entender mais sobre a demanda do campus, em relação a alunos do público-alvo da educação especial, fui buscar informações sobre os ingressos, pois verificaria a possibilidade de entrevistá-los, durante o diálogo ela me disse que enviaria os dados que ela tem para que eu pudesse ler a nível de conhecimento.

Ela me apresentou que há muitas dificuldades em relação ao fluxo das demandas e em relação a chegar quantificar esses estudantes, pois a maioria na hora de fazer o vestibular não coloca como cotista, e só realmente busca seus direitos quando sentem muitas necessidades que não são atendidas pelos professores. Me enviou por e-mail alguns dados sobre egressos do campus e ingressos que tem no campus. Me enviou vários documentos também, sobre legislação e o que elas falam para cada “categoria” de deficiência. Essa entrevista não foi gravada.

As duas entrevistas que foram gravadas ocorreram mediante autorização das participantes.

As perguntas realizadas na entrevista para as duas estudantes foram:

- 1) Você poderia se apresentar?
- 2) Como você entende a Inclusão no Ensino Superior?
- 3) O que você entende por acessibilidade?
- 4) Como você avalia a acessibilidade no campus CPTL?
- 5) O que você pensa que poderia melhorar em termos de acessibilidade o campus?
- 6) Você conhece a UAP? E a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade do campus?
- 7) Você gostaria de relatar alguma experiência sua aqui no campus em relação a acessibilidade ou inclusão?

2.5 Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada a partir de categorias temáticas, ou seja, grupos de elementos que tem significados semelhantes entre si. Tais categorias foram criadas a partir das perguntas das entrevistas e dos objetivos da pesquisa.

Minha análise dos dados ocorreu a partir de dois momentos: No primeiro momento analisei as entrevistas e essas entrevistas foram organizadas a partir de 3 eixos temáticos: 1- Inclusão escolar no ensino superior; 2 - Acessibilidade física no CPTL e; 3 - Recursos, serviços e apoios da UFMS para a inclusão. No segundo momento, ocorreu a análise do espaço da UFMS a partir da minha perspectiva enquanto aluna, pesquisadora e membro da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade.

Para as categorias de análise que construí se fez necessário criar subcategorias, isto é, pequenas categorias que aprofundam os elementos da pesquisa. Para Moraes (2003), “o processo de categorização exige também a teorização, uma vez que a análise dos dados deve estar relacionada à teoria que embasa o estudo e aos fatos analisados. Em suma, a categorização visa a compreensão do todo por meio das partes fragmentadas dos dados” (LANUTI, 2015 p.70).

As categorias de análises estabelecidas para o presente estudo foram: 1- Inclusão escolar no ensino superior; 2 - Acessibilidade física no CPTL e 3 - Recursos, serviços e apoios da UFMS para a inclusão.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Inclusão escolar no Ensino Superior

Para se pensar na inclusão escolar no ensino superior, precisamos regressar ao passado e buscar compreender como esse movimento se iniciou. No passado, muitas escolas se recusavam a implementar a educação inclusiva na prática, alegando que muitas crianças não se beneficiariam ou não se sentiriam adequadas para frequentar estes espaços.

Retornando mais ao passado desde 1960 as escolas especializadas não contemplavam os conteúdos da educação básica, não contemplando níveis que é do ensino básico ao ensino superior. Sendo assim, o estudante que concluía a educação especial não recebia o título da graduação, pois não havia níveis há serem supridos.

Em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), na qual se afirmou que não há direito à educação fora de um ambiente educacional inclusivo. A CDPD foi ratificada no Brasil em 2008 e promulgada em

2009. Em 2008, o MEC publicou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), mais um grande salto rumo à efetivação do direito à educação inclusiva. Mas foi exatamente contra ela que foi colocado para votação, 12 anos depois, o Decreto 10.502, que buscava instituir uma “nova” Política Nacional de Educação Especial (PNEE).

Mantoan (2004) retrata que a escola é elitista e é programada para atender há um tipo de aluno ideal, trazendo riscos a esses estudantes considerados deficientes com preconceito, discriminação. Desrespeitando os preceitos constitucionais, trazendo consigo “interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular” (MANTOAN, 2004, p.37).

A exclusão escolar não somente no ensino superior, mas como um todo é marcada pela segregação e integração, ou seja, a exclusão desse público, mesmo com a “possível” intencionalidade de incluir, desde a sua estrutura física/arquitetônica até suas práticas pedagógicas. Pois não basta que o público-alvo da educação especial ingresse na universidade, eles devem ingressar, se sentir pertencentes ao ambiente que só ocorre quando se há acesso nos espaços, que ele consiga aprender e permanecer nestes espaços com qualidade.

Alguns professores não têm habilidades para trabalhar com esse público pois não tiveram ao longo do seu processo pessoal ou profissional algum tipo de estudo, treinamento e acabam padronizando suas práticas pedagógicas, com preconceitos que já foram construídos culturalmente que dificulta o diálogo com estes estudantes, criando a *barreira atitudinal (preconceitos)*. É uma das barreiras que os estudantes mais veem apontando e uma das mais difíceis ser eliminadas pois há muita resistência entre alguns professores em preparar um plano de aula que contemple a todos.

Observei a partir das minhas experiências e com a contribuição das participantes da pesquisa que alguns professores não têm uma formação e capacitação para trabalhar com esse público, se sentem inseguros e são resistentes as mudanças necessárias, pois para não somente integrar, mas sim incluir precisaria construir um planejamento pedagógico que contemplasse todos os alunos e não que houvesse a separação por exemplo: Em uma sala de aula com 32 estudantes o professor considera 31 estudantes mais o estudante do público alvo da educação especial, criando práticas pedagógicas diferenciadas, ao invés de criar práticas pedagógicas que incluam os 32 estudantes sem fazer diferenciação, e trazendo recursos tecnológicos para que este aluno do público alvo da educação especial consiga aprender o mesmo conteúdo como todos, eliminando assim a barreira que este enfrenta e eliminando também a deficiência.

As práticas pedagógicas da maior parte dos professores são inadequadas, pois não visam incluir, apenas integrar, percebendo que é uma carga histórica que carregam há muitos anos, não tiveram preparo nas escolas, nas formações, há um despreparo de modo geral em todos os setores, o que cabe ou caberia ao gestor da universidade fazer este preparo. O estudo desenvolvido por Falkenbach e colaboradores (2007, p. 38) apontou que a inclusão pode constituir-se em uma ação extremamente complexa aos professores e à comunidade escolar, “uma vez que a ação pedagógica tem buscado a universalização e uniformização do conhecimento”.

Um dos desafios que a universidade enfrenta é criar condições para que os estudantes entrem, permaneçam, participem e aprendam com qualidade e efetividade. Outro desafio é lidar com os preconceitos e que a prática pedagógica não deve ser criada de uma forma isolada, mas sim de uma forma coletiva envolvendo toda a comunidade acadêmica.

3.2 O Modelo Social de interpretação da deficiência

O modelo social de interpretação da deficiência se iniciou no ano de 1997 no Reino Unido, com pessoas do público-alvo da educação especial reunidas na Social Disability Movement, como uma busca dessas pessoas serem compreendidas pela sociedade, que resultou em poucas mudanças significativas, nas escolas, nos sistemas de saúde, gerando uma carência gigantesca nos espaços em geral.

O modelo social nos diz que o público-alvo da educação especial está enfrentando barreiras que impedem seu pertencimento nas escolas e universidades, causando a exclusão ao invés da inclusão.

O meio social tem por sua característica, definir e colocar uma padronização para fundos de inserção no mercado de trabalho com intenções de garantir privilégios e assim identificando como “diferente” aquelas pessoas que não se enquadram a padronização, “não servem para se relacionar e são “descartadas” do interesse, social, cultural e filosófico.

Segundo Mantoan e Lanuti (2022) o modelo Social nos faz entender que, se a deficiência resulta da interação entre a pessoa e as barreiras que encontra no meio, só pode haver uma escola inclusiva se essas barreiras forem eliminadas.

Precisamos entender o que é que a sociedade entende como diferente? Qual seu conceito? Por que são definidos como diferentes? Se todos somos diferentes, isso não é uma questão de aceitação, mesmo porque não devemos aceitar o outro, isso traz a ideia de que somos superiores e de fato não somos.

Definir, categorizar a diferença, causa a marginalização, discriminação, preconceitos, negatização, permitindo que o outro se sinta menos do que ele de fato realmente é, causando sua exclusão da sociedade e diminuindo sua importância.

A inclusão entra em contraponto e uma luta para que essas pessoas adquiram os mesmos direitos, revelando a exclusão que a sociedade coloca para debaixo do tapete. Falar sobre a inclusão é um desafio, pois muitos desconhecem seu significado e o valor que estudar, valorizar essas pessoas traz para a sociedade, culturalmente e filosoficamente.

O modelo médico “aprisiona” a deficiência nas pessoas consideradas com deficiência, acreditando que a deficiência está na pessoa e que a deficiência precisa ser “consertada”, limitando o desenvolvimento dessas pessoas. Diferente do modelo social da deficiência que entende que o meio é deficiente, pois ele gera barreiras para que esse público não consiga ter acessibilidade no local, desenvolver suas atividades, permanecer no local e aprender com qualidade, ou seja, a deficiência não está na pessoa e sim nos espaços.

O modelo médico, categoriza níveis de deficiência, e estabelece regras e orientações que se supõem que funcionarão na escola, desconsiderando as escolhas, os poderes de decisão que estes estudantes têm, negando o seu direito de ser ouvido e acolhido.

Importante salientar que os medicamentos quando necessários são de extrema importância, porém considerá-los diferentes é uma forma de violência e exclusão. Por isso o modelo social, é o modelo ideal para se incluir, pois proporciona a oportunidade deste público-alvo ter recursos para criar autonomia, se desenvolver e aprender com qualidade e equidade e se sentirem pertencentes a sociedade.

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência – Convenção da Guatemala (1999) –, promulgada pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001), é clara nesse sentido. No mais, as doenças e as lesões não são sinônimas de deficiência. De fato, existem pessoas com deficiência que apresentam lesões e não demonstram ter deficiências, e outras que nutrem a expectativa de que suas lesões são contornáveis, ultrapassáveis (GODOY, 2022, p.17).

Há um filme muito interessante que a professora Sheyla Matoso passou durante a disciplina de Língua de Sinais chamado “Seu nome é Jonas”. Trata-se de um filme antigo que retrata a realidade de uma criança surda, por um erro de diagnóstico ele foi internado em um hospital para “loucos”, e ele era “torturado”, sedado, os pais perceberam o erro e o trouxeram de volta para a casa. Porém não sabiam lidar com sua surdez. O menino por sua vez queria se comunicar e como não conseguia, ficava irritado, queria quebrar as coisas.

As pessoas do bairro onde moravam, eram preconceituosas, chamava ele de louco e até o próprio pai o abandonou com a mãe pois não aguentava mais o “problema” do filho. Este filme é interessante pois retomando o que mencionei acima, ele ia numa escola que faziam ele tentar aprender a se comunicar fazendo repetições e essa escola era contra a prática de ensinar Língua de Sinais. A mãe do menino se sentia muito confusa em relação a ele, achava que ele a odiava, que era culpa dela.

Nesta escola acabou encontrando um casal que se comunicava com o filho através de Língua de Sinais e isso lhe fez refletir sobre como estava agindo em relação ao seu filho Jonas e ela acabou abordando o casal e descobriram que a esposa era surda e desenvolveu a fala e estes a convidaram para conhecer os espaços onde se reuniam. Ela e uma amiga foram conhecer o espaço que o casal havia as convidado e se surpreenderam quando chegaram no espaço, pois estava tocando música, as pessoas surdas dançando, elas acreditavam que os surdos não conseguiam ter uma vida normal, imagina dançar? Apareceram imediatamente inúmeros questionamentos e elas questionaram o casal, sobre a forma de vida dos surdos, a Língua de Sinais, como poderia tocar música naquele espaço se as pessoas que ali frequentavam eram surdas. O casal explicou que os surdos conseguem sentir as vibrações do som, ensinaram alguns sinais de Língua de Sinais. e foi então que a mãe de Jonas convidou um dos presentes do espaço que foram para ensinar o seu filho, e foi incrível quando ele aprendeu a apontar e se comunicar, ele se sentiu muito feliz e foi maravilhoso quando ele sinalizou que amava sua mãe e seu irmão mais velho, que também aprenderam a se comunicar através da Língua de Sinais.

Trouxe este filme pois mostra que Jonas no início do filme enfrenta uma barreira em relação ao Modelo Médico, pois generalizaram sua deficiência estabelecendo uma identidade universal, desrespeitando sua escolha de decisão em estar naquele ambiente. Para Mantoan (2017, p.6) a sociedade ao longo dos anos se acostumou em padronizar e categorizar o público-alvo da educação especial por meio de modelos generalizantes.

Jonas enfrentava uma barreira comunicacional, ninguém do seu ambiente havia conhecimento do estudo da Língua de Sinais. De acordo com Pereira (2014, p.144) a língua de sinais era extremamente proibida os alunos tinham que recorrer à leitura orofacial e aos restos auditivos, ensinar os sinais para as crianças era proibido pois pensavam que seu uso prejudicaria o desenvolvimento da fala. Ele ia para uma escolinha que a professora negava ensinar a língua de sinais, usava o modelo de repetição.

Todos acreditavam que a deficiência estava nele, que ele era “defeituoso”, “diferente”. A partir do momento em que sua mãe percebe que ele pode se comunicar através da língua de sinais, e ela também busca aprender, ela passa a compreender que a deficiência não está nele, mas nas barreiras que ele enfrentou até que chegasse a se comunicar.

3.3 Sobre acessibilidade física: barreiras e modos de eliminá-las

Pensando que a proposta de inclusão no Brasil se iniciou na década de 1990 e que a primeira lei sobre acessibilidade só foi publicada no ano 2000, demoramos uma década para relacionarmos a acessibilidade à inclusão e que ainda hoje em 2022 mesmo já tendo outra lei sobre acessibilidade que é a Lei Brasileira de Inclusão lançada em 2015, ainda temos muitas dúvidas em relação à acessibilidade.

Apenas em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que em seu artigo 55 prevê a acessibilidade como um direito garantindo à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. De caráter geral, a acessibilidade inclui todos os direitos, serviços e atendimentos destinados à pessoa com deficiência.

Falar sobre acessibilidade não só requer pensar em barreiras arquitetônicas, mas também em atitudes e comportamentos como o posicionamento do professor ao falar, o volume da sua voz, o lugar onde este aluno irá se sentar, tudo isso interfere na autoestima desse aluno.

De acordo com o Manual de Acessibilidade Para Prédios Públicos (BRASIL,2015) se faz necessário criar espaços que não oferecem barreiras as pessoas impondo a elas limitações, seja elas barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais, sensoriais. Devem encontrar nestes espaços condições para que consigam ter um desenvolvimento pleno de suas atividades, tanto em relação a sua estrutura como também a tecnologias assistivas.

A acessibilidade vai além de criação de espaços que possibilitem o acesso, o Manual de Acessibilidade Para Prédios Públicos (BRASIL,2015) traz a importância da necessidade de um atendimento especializado às pessoas com deficiência, por exemplo as pessoas surdas necessitam de um servidor que saiba a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou seja, um intérprete e materiais em braile para as pessoas com deficiência visual.

A acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras. É, ainda, uma questão de direito e de atitudes: como direito, tem sido conquistada gradualmente ao longo da história social; como atitude, no entanto, depende da necessária e gradual mudança de atitudes perante as pessoas com deficiência.

As pessoas consideradas com deficiência enfrentam inúmeras barreiras no dia a dia, causando vários impedimentos de ter uma qualidade de vida, o que gera vulnerabilidade, baixa expectativa de realizar atividades cotidianas, faculdade e trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Entrevistas

A seguir, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas a partir das categorias definidas.

4.1.1 Inclusão escolar no ensino superior

Para a estudante “G” a inclusão no ensino superior “deve-se fazer direito de todos, desde quem não tem deficiência até quem tem” (entrevista concedida, arquivo da pesquisadora, 2023). A estudante “G” relatou que só veio a buscar seus direitos no fim do período da graduação, pois não sentiu dificuldades quando ingressou porque era época de pandemia e estava sendo tudo online e seu computador tinha recursos que a auxiliavam a compreender as disciplinas, mas tudo isso mudou quando voltou a ser presencial, começou a ter inúmeras dificuldades, em relação a tamanho de letra, slides, tempo de prova, trabalhos, enxergar na lousa e que conversou com alguns professores, percebeu que uns tentaram entender e até adaptaram a prática pedagógica em relação a ela, mas outros nem se importaram e ela teve que correr atrás para não desanimar e conquistar as disciplinas uma por uma.

A inclusão engloba todos que possam vir a enfrentar alguma barreira, seja social, cultural, socioeconômica, física, visual, cognitiva etc. Dessa forma, a estudante pensa a mesma coisa sobre a acessibilidade, que ela deveria ser direito de todos dentro de todos os espaços, porque para ela a acessibilidade é a garantia de acesso a todos os espaços. (OLIVEIRA,2016)

A estudante “M”, “para que a inclusão ocorra, é necessário que se crie uma cultura inclusiva” (entrevista concedida, arquivo da pesquisadora 2023). COSTA; SANTOS JÚNIOR, 2013 nos mostra que a educação inclusiva é um produto de um longo processo histórico e que atualmente ainda há muito despreparo de maneira geral nos indivíduos, pois estes não conseguem ainda perceber que nossas ações em relação a essas pessoas, vai influir no desenvolvimento delas.

Acessibilidade para ela “é toda possibilidade que é disponibilizada para que a pessoa tenha autonomia, desde atitudinal, arquitetônica, recursos humanos, e recursos materiais. Total eliminação de barreiras” (entrevista concedida, arquivo da pesquisadora 2023).

A partir das minhas observações no meio social, das entrevistas e das observações no campus, percebi que existem inúmeros espaços que ou tem acessibilidade não funcional ou que não existe essa acessibilidade. Mudei minha visão acerca do que é acessibilidade, quando pensava nessa palavra em seu sentido literal, concluía que esta só englobava pessoas com

deficiência, mas durante toda a minha pesquisa, as disciplinas que eu tive, percebo a acessibilidade como a eliminação de barreiras para pessoas com deficiência ou que enfrenta algum tipo de barreira.

4.1.2 Acessibilidade física no CPTL

A acessibilidade deve ser garantida a todos e em todos os âmbitos, ou seja, na estrutura física do espaço, nos recursos e tecnologias assistivas para pessoas consideradas do público-alvo da educação especial e para as pessoas que não são consideradas desse público, porque a acessibilidade deve englobar toda a sociedade e garantir que todos consigam ter o acesso, permanecer e aprender e também se sentir acolhido.

Para a estudante “G”, “o campus CPTL precisa melhorar muito na acessibilidade pois o piso tátil por exemplo, existe em apenas alguns espaços do campus” (entrevista concedida, arquivo da pesquisadora 2023) observou que não há placas de sinalização em braille.

Já a estudante “M” percebeu que em 2018 o campus iniciou mudanças em questão de acessibilidade, mas comenta que “as pessoas sempre vão precisar de ajuda para chegar aonde quer chegar, porque não foi eficiente as poucas mudanças que fizeram e as que já não tinham ainda não existem, ou seja, não foi há lugar algum as modificações e continua tudo mais do mesmo” (entrevista concedida, arquivo da pesquisadora 2023).

“Rampas muito íngremes, difícil para quem usa cadeira de rodas, fui à biblioteca perguntar sobre as questões de acessibilidade (recursos nos computadores, se tem algum leitor de tela) e me informaram que eles não sabem” (entrevista concedida, arquivo da pesquisadora 2023)

A estudante “M” Se sentiu constrangida várias vezes com professores que não queriam dar PDF dos livros para ela ler. Não queriam que ela utilizasse o próprio notebook, não entendiam que ela precisava daqueles recursos, notebooks da faculdade não são acessíveis. Tallarico Pupo (2010) nos mostra que As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) favorecem a produção de livros digitais em texto, que são cópias de conteúdo de qualquer livro para um software que reconhece e por sua vez é feita a leitura de tela, ou seja, lendo o texto, arquivo, artigo, livro etc. Percebendo assim a má vontade do professor, a falta de empatia de querer ajudá-la.

“O que existe de acessibilidade não são funcionais, por exemplo as rampas, que são íngremes, o piso tátil que não há em todos os espaços.”(entrevista concedida, arquivo da pesquisadora 2023).

Para que a acessibilidade aconteça os espaços precisam oferecer condições inclusivas, sem nenhum tipo de barreira, para que todas as pessoas consigam desenvolvimento pleno de suas atividades, permanecer e aprender nesses espaços.

Nos espaços que investiguei durante minha pesquisa, conclui que a UFMS não contém acessibilidade, quando a entrevistada “M” fala que não há acessibilidade funcional, percebo que no contexto geral essa acessibilidade é inexistente no campus, pois também cita que na biblioteca não existem recursos e tecnologias para as pessoas com deficiência, para mim fica muito claro que não se tem acessibilidade, pois os espaços não oferecem condições inclusivas tanto para estudantes quanto para servidores.

4.1.3 Recursos, serviços e apoios da UFMS para a inclusão

Estudante “G” desconhece as unidades de apoio do campus, a UAP e a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade. “Acredito que deveria ser responsabilidade do campus permitir que haja esse conhecimento pelos estudantes para que não encontrem dificuldades logo no início do curso e se sinta acolhido e pertencido” (entrevista concedida, arquivo da pesquisadora).

A estudante “M” relatou “conheci os setores de apoio dentro do campus, porque quando entrei em direito fui procurar com alguns colegas como fazer a carteirinha para comer no Restaurante Universitário (RU) e encontrei (por acaso). Deveria ter alguém junto com as pessoas da psicologia e da assistência social, pedagogo, um especialista em inclusão, elas têm boa vontade, mas não são especialistas e esse público precisa para que pudesse sugerir mudanças, ter um olhar focado nas pessoas de inclusão especial. Até na questão pedagógica, na metodologia.” (entrevista concedida, arquivo da pesquisadora 2023).

De acordo com o Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos (BRASIL,2015). As bibliotecas precisam ter recursos de tecnologias assistivas e materiais que garantam esse acesso, tais como: recursos ópticos para ampliação de imagens (lupas eletrônicas, programa de ampliação de tela, circuito fechado de TV); sistema de leitura de tela, com sintetizador de voz e display Braille; computadores com teclado virtual, mouse adaptado e outros recursos de Tecnologia Assistiva da informática; máquinas de escrever em Braille à disposição dos alunos; gravadores de fita, computador com software específico, scanners, impressoras em Braille; aparelhos de TV, com dispositivos receptores de legenda oculta e audiodescrição, e tela com dimensão proporcional ao ambiente, de modo a permitir a identificação dos sinais, sejam

das personagens, do narrador ou do intérprete de LIBRAS, nas aulas coletivas; aparelhos de vídeos, CD e DVD.

Os recursos de informática são muito utilizados para substituir livros, cadernos, lápis etc. Mas é importante compreender que dentro destes recursos como notebook e computador, necessita-se de software e hardware adequados para facilitar o acesso e se utiliza muito os recursos de tecnologia assistiva. Tallarico Pupo (2010) traz que segundo o Decreto Federal nº. 5296/2004, a acessibilidade deve ser garantida, assegurando se a eliminação de barreiras nas comunicações e informações.

De acordo com as respostas das duas estudantes e observando o campus, pude perceber que o campus CPTL tem “muita dívida” com esse público-alvo da educação especial. A estudante “G” e a estudante “M”, possui perfis diferentes uma da outra com idades diferentes, e possuem a mesma barreira de acesso em comum, que são as práticas pedagógicas dos professores, a falta de habilidade, competência para que eles oportunizem o acesso a essas estudantes e como falam (COSTA; SANTOS-JÚNIOR, 2013) a cultura inclusiva de acessibilidade é um produto de longa história, a UFMS CPTL tem uma dívida com esse público culturalmente e socialmente.

A estudante “M” está na terceira graduação pelo campus CPTL e observou poucas mudanças da primeira graduação até os dias atuais em 2023, e a estudante “G” pôde ser mais uma estatística dos estudantes que não encontram a acessibilidade devida.

A estudante “G” ela conseguiu ter autonomia, perseverança num momento difícil, último ano do curso, início de escrita do trabalho de conclusão de curso, ela não procurou a unidade de apoio estudantil pois ela não conhecia, falou com cada professor e isso demonstra uma guerreira dentro de si, a universidade não é fácil e este momento final afeta nossa vida de uma forma muito significativa e ela ter conseguido é sensacional, ela fazia perguntas para as colegas da sala, recebeu vários apoios, e isso faz muita diferença na vida da pessoa, o acolhimento.

A estudante “M” por já ter passado por duas graduações anteriores, ela já conseguia saber aonde ir atrás, com quem falar, como proceder, não somente isso, ela sempre teve que dar a cara a tapa para conseguir ajuda, conseguir alcançar seus objetivos, e é outra guerreira também e um grande exemplo de luta e superação.

A UFMS CPTL deve formar seus professores, capacitá-los para que possam ter habilidades de trabalhar com esse público, porque penso eu que é da escolha do professor fazer a diferença na vida do estudante, possibilitar que ele tenha uma graduação de aprendizagem suave e plena, empatia, responsabilidade afetiva, infelizmente não são coisas que se enfiam na cabeça de uma pessoa com um treinamento/formação, isso depende exclusivamente das pessoas pararem de olhar para o próprio umbigo e estender a mão para o próximo.

Considerei importante a fala da estudante “M” quando ela mostra que foi atrás de várias respostas, uma delas ir até a biblioteca do campus que fica no bloco 2 onde eu investiguei por observação, que os computadores não oferecem recursos especializados para esse público. E por fim das minhas análises é importante ressaltar a competência, a boa vontade e empatia que a Assistente Social tem com estes estudantes, a unidade de apoio estudantil do campus deve ser reconhecido, valorizado, colocando um profissional adequado para colaborar com essas profissionais que estão lá todos os dias batalhando para garantir apoio a estes estudantes, mesmo sem habilidades específicas das deficiências específicas, estão sempre estudando, lendo, mandando artigos materiais (legislação, o que é determinada deficiência, o que foi feito até agora) na comissão multidisciplinar de acessibilidade, para que nós todos também possamos ter esse olhar atento que a educação especial necessita.

4.2 Observações realizadas pela pesquisadora

Minha observação pelo campus começou a partir de quando tive aula com o professor José Eduardo Lanuti, falamos muito sobre a acessibilidade e as barreiras que estas pessoas sofrem no dia a dia, pensando nisto, fui olhando atentamente cada pedacinho da universidade, buscando encontrar barreiras e as que mais me incomodaram de início foram a iluminação e o piso tátil, percebi que a iluminação do campus é muito inadequada, muitos espaços escuros, e o piso tátil só existe em alguns pedaços. Foi então que pensei é sobre isso que preciso investigar. Confesso, que foi pior do que pensei quando realmente fui a campo, tirar fotos e olhar atentamente os espaços que escolhi para minha investigação no caso, no bloco 1, bloco 2, bloco 3 e bloco 4, me senti decepcionada.

De acordo com o Manual de Acessibilidade em Prédios Públicos (BRASIL,2015), a acessibilidade deve iniciar desde a entrada, saída de casa, até o prédio/instituição.

Logo no começo do CPTL, podemos observar que não há acessibilidade física, pois há muitas rachaduras na calçada, calçada desregulada, com terras e sem piso tátil, o que gera uma barreira física.

Durante o trajeto do campus até os blocos existe o piso tátil, porém na entrada já acaba o piso tátil, e já não existe dentro dos blocos e nos corredores a acessibilidade de piso tátil. Nas placas de identificação dos blocos, podemos observar que não há sinalização em braile, nas portas dos laboratórios e nas portas das salas de aula, em nenhum lugar desses espaços existe identificação em braile.

Como mencionei ao longo do texto, os professores não são treinados, não possuem habilidades para trabalhar com o público-alvo da educação especial, porém penso que isso é uma questão de escolha, de que tipo de profissional você quer ser.

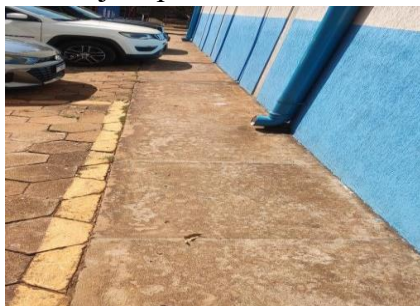
Analisando minhas observações profundas pelo campus e após as respostas das entrevistas, considerei que os espaços que me dediquei a investigar nesta pesquisa não contém acessibilidade. Comparando minhas observações e fotografias com o manual de acessibilidade de prédios públicos, notei que dentro destes espaços não quaisquer eliminações de barreiras para deficientes visuais ou físicos, há na verdade barreiras diversas, degraus para entrada de sala de aula, falta de sinalização e o banheiro ser um depósito.

Observei apenas quatro espaços dentro do campus, convido as pessoas para que pesquisem outros espaços do campus, para que possam verificar se a inexistência de acessibilidade ocorre apenas nos espaços que investiguei ou se é no campus CPTL como um todo.

Essa observação foi totalmente baseada no que o Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos determina. Foquei minha investigação no bloco 1, bloco 2, bloco 3, bloco 4, pois são os blocos que frequentei durante um longo período.

No Bloco 1 do campus CPTL, observei como representa a figura 1 abaixo, existe a falta de acessibilidade, pois no Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos (BRASIL,2015) precisa haver nos espaços piso tátil, sinalização de alerta, não pode haver desnível nos pisos, e rachaduras.

Figura 1: trajeto para a entrada do bloco 1.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: foto colorida em que aparece uma calçada com paralelepípedos e parte de uma parede azul.

De acordo com o Manual de Acessibilidade Para Prédios Públicos (BRASIL,2015), a acessibilidade deve-se contemplar todos os espaços, no caso da pesquisa os espaços que escolho da universidade. Este percurso é para a entrada do bloco, onde observamos a inexistência do piso tátil, para garantir a segurança das pessoas com deficiência visual, necessita de pisos de orientação e piso alerta, perfeitamente regular, sem qualquer tipo de desnível, esse piso é

superimportante para a pessoa pois ela saberá que não enfrentará obstáculos, a possibilidade de esbarrar em algo, cair e se machucar. Ainda de acordo com o manual o piso deve ser regular, antiderrapante, firme, estável e sem obstáculos.

Continuando no bloco 1, minha outra observação conforme a figura 2, não há placa de sinalização da entrada do bloco, para que haja comunicação visual em braile.

Figura 2: Fachada de sinalização de entrada do bloco 1.

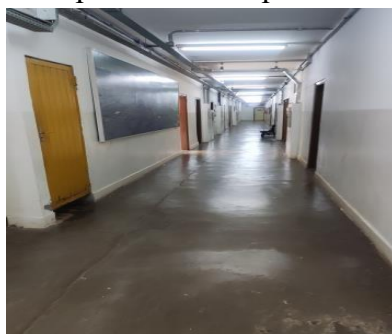


Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: Placa de Sinalização com nome do bloco, placa grande retangular de fundo azul escrito com letras brancas “Direção e Secretária Acadêmica” com um retângulo menor em branco com escritas azuis, o número do bloco (1) e o número do setor (42).

No interior do Bloco 1, nos corredores não há piso tátil e nem piso alerta, que indica lixeiras, entradas nos locais de acesso, algum obstáculo, diferença no piso, etc. Também não há nas fachadas, identificações em braile, conforme as figuras 3 e 4 abaixo. Para o Manual de Acessibilidade de Prédios Públicos (BRASIL,2015) é necessário haver sinalizações nos espaços para que as pessoas com deficiência não corram riscos de tropeçar, cair, se machucar.

Figura 3: corredor para salas dos professores e secretaria.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: corredor com piso de cimento de cor cinza escuro, paredes brancas e porta amarela e no teto lâmpada de iluminação.

Figura 4: corredor para sala da coordenação dos cursos e com obstáculo do bebedouro sem sinalização.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: bebedouro de fundo azul com imagens de copos de tereré de cor cinza, piso cimentado de cor cinza.

Na saída do bloco 1 para o bloco 4, temos o piso tátil, não funcional, pois de acordo com o Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos (BRASIL,2015) ele deveria estar regular, sem nenhum tipo de obstáculo e com diferenças no piso, e ele está com rachaduras, irregularidades no piso. Conforme observamos na figura 5 e 6 abaixo.

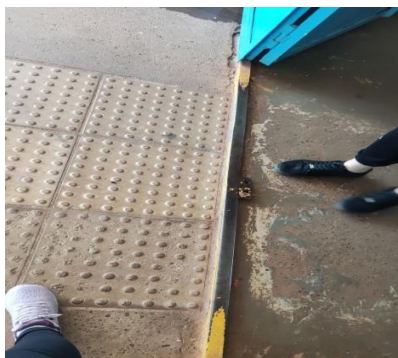
Figura 5: saída do bloco 1 para o bloco 4.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: piso tátil e piso feito de cimento de cor cinza com rachaduras.

Figura 6: saída do bloco 1 para o bloco 4.



Fonte: arquivo da pesquisadora, 2023.

Descrição da imagem: rodapé de cor amarelo e enferrujado, início do piso tátil de cor amarelo, um pedaço pequeno da ponta da porta de entrada de cor azul, uma parte da perna e dos pés da pesquisadora.

Na fachada para identificação do bloco 4 percebi que não há acesso para que o deficiente visual e o deficiente físico consiga identificar ou tocar na fachada, não há sinalização em braile, gerando uma barreira física e visual, como podemos observar na figura 7 abaixo.

Figura 7: fachada de identificação do bloco 4.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da Imagem: fundo com o céu azul e nuvens brancas, troncos de árvores, uma placa de sinalização com nome do bloco 4 de fundo azul com escritas de cor branca e um retângulo menor branco com escritos em azul com a numeração do bloco (4) e do setor(42).

No interior do bloco 4, não há piso alerta e nem piso tátil identificando a lixeira, o bebedouro, a entrada das salas, não há sinalização em braile e nenhuma sinalização quanto as pilastras de sustentação do teto. Na entrada das salas podemos perceber que há degraus causando barreiras e falta de acesso para o deficiente físico, no manual de acessibilidade para prédios públicos, o rodapé da entrada dos locais precisa estar nivelado com o piso, sem degrau o qualquer tipo de irregularidade no piso, desnível etc. Não há também fachada de identificação das salas, podemos observar nas figuras 8, 9, 10,11 e 12 abaixo.

Figura 8: falta de sinalização da lixeira.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: piso com azulejo de cor marrom, uma lata de lixo de cor marrom com uma tampa preta, parede ao fundo branco com uma caixa de energia.

Figura 9: falta de sinalização do bebedouro.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: bebedouro de cor azul e alguns adesivos em detalhes verdes, parede ao fundo de cor branca e piso com azulejo de cor marrom.

Figura 10: Várias pilastras no interior do bloco, causando obstáculos e gerando barreiras de acesso, sem nenhuma sinalização



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: Pilares de cor branca e piso com azulejo de cor marrom.

Figura 11: entrada para a sala dos estudantes, com obstáculo, gerando barreira de acesso físico.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: degrau de azulejo com cor marrom, um pedaço da parede de cor branca e um pedaço da parte de baixo da porta de cor branca.

Figura 12: Sem fachada de sinalização em braile, para identificação de sala.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: parede de fundo branco, porta branca com vidro e uma plaquinha na parte superior da porta de fundo azul com escritas de cor branca indicando o número sala.

No trajeto para o bloco 3 podemos observar que há piso tátil fora do encaixe no piso, inúmeras rachaduras no piso conforme a figura 13 abaixo. No Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos (BRASIL,2015) não pode haver desnível nos pisos, o piso deve ser nivelado, pois oferece riscos as pessoas com deficiência visual e com deficiência física.

Figura 13: trajeto para o bloco 3.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: piso de cimento de cor cinza, centralizado no piso um piso tátil de cor salmão indicando a direção para a entrada do bloco, ao fundo a entrada com uma porta de vidro com detalhes em azul.

Na fachada, observei o mesmo do bloco 4, não há sinalização e acesso físico conforme segue a figura 14 abaixo.

Figura 14: fachada de entrada para o bloco 3, sem sinalização.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: piso de terra e ao fundo placas de identificação do prédio de forma retangular de cor azul com escritas brancas e um retângulo na parte superior de cor branca com escritas azuis sinalizando o nome do bloco e o setor.

No interior do bloco 3, pude observar que há uma escada, não há existência de rampa de acesso, o elevador do bloco está desativado. De acordo com o manual caso haja capacho este deve estar embutido no chão e nivelado não excedendo 5mm. Não há identificação visual, não

há identificação de obstáculos nos corredores, neste bloco entrei no banheiro feminino apenas e observei que o box que deveria se acessível para o público-alvo da educação especial, se tornou lamentavelmente um depósito, placa de piso molhado, vassoura, torneira de lavagem quebrada, botão para dar descarga com defeito, a maçaneta quebrada. E analisando ao redor do bloco 3, observei que o piso tátil é somente durante o trajeto para a entrada principal, nas laterais e no fundo bloco não existe, e como coloquei nas fotos abaixo, é paralelepípedo, piso irregular, desnivelado, sem sinalização, com rachaduras e cheio de folhas, impossibilitando os acessos físicos e visuais. Segue as figuras 15,16,17,18,19, 20,21, 22, 23 e 24 abaixo.

Figura 15: Escada para a parte superior do bloco 3.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: Escada de azulejo de cor branca com corrimão de cor azul escuro.

Figura 16: obstáculo no corredor e lixeira, sem sinalização.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: piso de azulejo de cor branca, ao fundo parede de cor laranja de tijolinho, um painel de madeira.

Figura 17: entrada para o banheiro feminino.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: porta de cor branca, com uma faixa preta centralizada ao meio da porta, na parte superior da porta centralizada placa retangular de fundo azul e escrita em branco.

Figura 18: box do público-alvo da educação especial.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: piso de azulejo de cor branca, vaso sanitário de cor branca com um papel higiênico de cor branca em cima, ao lado direito do vaso uma placa de cor amarela que sinaliza piso molhado, na parte superior ao vaso botão de cor cinza para realizar a descarga, na parte esquerda do vaso sanitário um chuveirinho de cor cinza, e uma lixeira com saco de lixo na cor preta.

Figura 19: box do público-alvo da educação especial.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: Parede de azulejo de cor branca na parte superior faixa de azulejo de cor marrom e no centro faixa de azulejo de cor marrom, grudado na parede uma vassoura de madeira de ponta cabeça com seu “cabelo” na cor azul escuro.

Figura 20: Box do público-alvo da educação especial.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: chuveirinho para limpeza de cor branca.

Figura 21: elevador desativado.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: piso de azulejo de cor branca e ao fundo elevador de cor cinza claro e um vidro retangular ao centro de cor preta.

Figura 22: saída lateral do bloco 3.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: ao fundo a porta de vidro com detalhes em azul claro, piso de azulejo de cor branca, na parte inferior capacho emborrachado de cor azul escuro com escritas brancas escrito “UFMS, A NOSSA UNIVERSIDADE”.

Figura 23: rampa de acesso inadequada.



Fonte: arquivo da pesquisadora, 2023.

Descrição da imagem: rampa de acesso de cimento de cor cinza com rachaduras.

Figura 24: Trajeto lateral do bloco 3 para outros espaços do campus.



Fonte: arquivo da pesquisadora, 2023.

Descrição da imagem: trajeto de cimento cor cinza, ao fundo “casinhas” de cor cinza com a parte inferior em cor azul claro.

No Bloco 2, é o espaço onde temos a biblioteca, observei nenhum tipo de acesso, não há calçamento, piso tátil, piso alerta, há árvores criando barreiras pelo caminho, rachaduras, a rampa que seria de acesso está coberta de brita, folhas. A fachada da entrada não possui sinalização, a rampa para entrada da biblioteca, está com rachaduras e gramas pelo caminho, o piso tátil irregular e desnivelado com o piso. O acesso mais viável seria pelo estacionamento, mas, mesmo assim, gera uma grande dificuldade, pois o piso é de paralelepípedo, desnivelado, irregular e quando se torna o período noturno, dificulta mais ainda pois a iluminação é baixa, possibilitando a ocorrência de vários acidentes caso a pessoa não tenha o apoio de alguém para transitar por este espaço. Segue nas figuras 25,26,27,28, 29 e 30 abaixo.

Figura 25: trajeto para a biblioteca.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: Paralelepípedos de cor cinza, piso de terra e árvores.

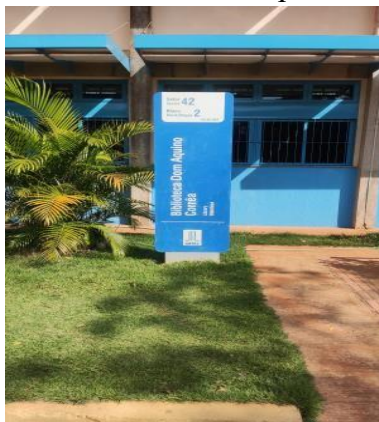
Figura 26: trajeto para biblioteca.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: ao fundo parede de cor azul claro, piso de cimento de cor cinza e piso de terra com cano de cor branca.

Figura 27: fachada de entrada para a biblioteca.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023

Descrição da imagem: piso de grama de cor verde, ao fundo placa de sinalização da biblioteca de forma retangular de cor azul com escritas em branco e na parte superior um retângulo pequeno de cor branca com escritas de cor azul.

Figura 28: início de acesso à rampa para entrada da biblioteca.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: paralelepípedo de cor cinza, uma rachadura e o início do piso tátil.

Figura 29: rampa de acesso para a entrada da biblioteca.



Fonte: arquivo da pesquisadora.

Descrição da imagem: rampa de acesso com piso cimentado de cor cinza, piso tátil centralizado e corrimão de cor azul claro.

Figura 30: rampa de acesso lateral da biblioteca.

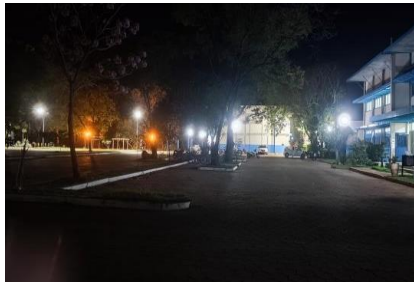


Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: rampa de acesso com pedrinhas de cor cinza e um capacho de cor azul escuro com um quadrado centralizado de cor branca e escrita azul (UFMS).

Um dos fatores preocupantes que mencionei ao longo do texto, que gera uma barreira física e visual é a iluminação no período noturno, como segue na figura 31 abaixo.

Figura 31: estacionamento – trajeto bloco 1 e 2.



Fonte: arquivo da pesquisadora,2023.

Descrição da imagem: período da noite, estacionamento, fundo com árvores e lâmpadas acesas e o prédio de cor cinza e detalhes em azul claro.

Parece bem iluminado por causa da câmera que não consegue focar bem a foto e a iluminação dos pontos de luz ficam marcada, essa região é bem escura e considerando que o estacionamento é de paralelepípedo é muito perigoso.

5 Considerações Finais

Investigar a acessibilidade no CPTL, unidade II, abriu portas para que eu compreendesse o quanto esse assunto é sério e o quanto ele é deixado de lado. Para Mantoan (2004, p.39) a inclusão causa um desconforto nas instituições abalando a identidade dos professores. Esses têm que pensar em inúmeras maneiras de incluir os estudantes proporcionando o acesso ao mesmo conteúdo que todos, o que é um desafio pois estes não são treinados, por tanto não possuem habilidades para que consigam realizar essas modificações, causando uma grande resistência.

A UFMS, foi um recomeço para mim porque quando me mudei para Três Lagoas-MS, eu sentia que minha vida tinha sentido e que eu pudesse realizar o que realizei até agora, recém abandonado uma faculdade por causa de um abuso sexual, enfrentando uma enorme depressão. Ingressar na UFMS, me fez sentir pertencente à sociedade e como se fosse uma segunda casa, me criou oportunidades e boas lembranças.

Contudo, quando me interessei pela disciplina do professor José Eduardo Lanutti, não sabia quais desafios eu enfrentaria quando o convidei para ser meu orientador. Quando me perguntou sobre o tema, rapidamente quis falar sobre acessibilidade, porque era um dos assuntos mais abordados na disciplina que me despertaram atenção.

Falar da inclusão, da acessibilidade, das barreiras, não foi uma tarefa fácil, em vista de que existem inúmeros desapontamentos, indo além da acessibilidade, indo além das barreiras que podemos encontrar. O que explica a exclusão e porque vemos tão pouco essas pessoas no meio

social, no mercado, no shopping, nas escolas, nas universidades, é horrível pensar em como a sociedade excluiu, exclui até hoje, “eliminando” essas pessoas de socializar e vivenciar o mundo.

Quando comecei a escrita os desafios vieram, pois não conseguia compreender como uma universidade que me acolheu tão bem, poderia ser tão inacessível? A partir do meu olhar minucioso sobre os espaços que determinei para minha investigação, considero que a UFMS-CPTL unidade II não tem acessibilidade, e o pouco que tem é extremamente inadequada. Meu trabalho não é uma conclusão dos espaços do campus completo, podendo futuramente outros espaços serem investigados.

As estudantes tiveram os mesmos problemas em relação aos professores no que tange às propostas pedagógicas. Conseguiram sim encontrar pessoas dispostas a ajudar no que fosse preciso e isso é muito importante. Em compensação pela diferença de idade e de experiências que possuem em relação à graduação, uma já na terceira graduação e a outra na primeira vindo de uma pandemia, percebi que é notável uma ter mais propriedade para falar concretamente sobre o que mais observou durante todo seu percurso acadêmico e seus problemas maiores em relação ao que enfrenta no dia a dia no campus.

Deveriam ser propostas formações para que os professores criem habilidades para lidar com esse público, os estudantes precisam se movimentar e os professores também, para que as mudanças aconteçam.

Apesar de tudo, continuo amando essa universidade com todo o meu coração e com toda certeza do mundo, eu lutarei para que essas mudanças ocorram. Elas já iniciaram, mas precisamos continuar. Ainda há muito a ser feito. Embora ela ainda não possa ser considerada acessível, vem buscando melhorar oferecendo alguns recursos de acessibilidade física. Possui a Unidade de Apoio Estudantil que se dedica muito aos estudantes com deficiência, também possui a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade na qual eu participo. Essa Comissão é uma iniciativa muito importante para mostrar aos professores como que a acessibilidade pode se dar do ponto de vista pedagógico, comunicacional, linguístico, atitudinal, mas se faz necessário uma discussão aprofundada das barreiras físicas que estão no campus. Vale lembrar que a Comissão possui caráter consultivo, ou seja, os professores que necessitam de informações e orientações a respeito da inclusão devem buscar a Comissão. Essa procura ainda tem sido muito baixa.

Acredito que a UFMS tem muito o que melhorar apesar de ir avançando e melhorando aos poucos e que os estudantes, a comunidade em geral professores e demais servidores enfim, as pessoas que se preocupam com esse público-alvo da educação especial, tem que conhecer melhor acessibilidade para então se manifestar para buscar mudanças para garantir

acessibilidade para todos, mesmo porque isso se torna um ganho para UFMS, evitando a evasão desses estudantes.

6 Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Thiago Ramos de. Seu nome é Jonas (1979) (HD) - Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ezwoNRdKgEI>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Brasília, v. 18, n. 4, p. 1-1, jun. 2010.

BARANAUSKAS, M. C. C.; MANTOAN, M. T. E. Acessibilidade em ambientes educacionais: para além das guidelines. ETD - Educação Temática Digital, v. 2, n. 2, p. 13–23, 2001.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei Nº 6.674, de 5 de julho de 1979. Brasília.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Patrimônio da União. Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/manual-de-acessibilidade-para-predios-publicos>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FURLAN, Elaine Gomes Matheus et al. Inclusão na educação superior: formação e experiência docente. Avaliação, Sorocaba, v. 25, n. 02, p. 416-438, jun. 2020.

GODOY, Adriana. Pela inclusão os argumentos favoráveis à educação inclusiva e pela inconstitucionalidade do decreto nº 10.502/2020. São Paulo: Instituto Alana, 2022. 276 p.

GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA TIPOS FUNDAMENTAIS. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995.: Crv, 2022. p. 67.

LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. Educação Matemática e Inclusão Escolar: a construção de estratégias para uma aprendizagem significativa. Presidente Prudente: Unesp, 2015. 127 p.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA). Congresso. Câmara dos Deputados. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. Educação especial na perspectiva inclusiva. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. A escola que queremos para todos. Curitiba.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, posições. Inc.Soc, Brasília, v. 10, n. 2, p. 37-46, jun. 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. Interpretações da Deficiência. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. A escola que queremos para todos. Curitiba: Crv, 2022. p. 35.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. Bras. Ed. Esp, Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, jun. 2016.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Revista Movimento – Revista da Faculdade de Educação da Uff, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 78-91, mar. 2003.

SILVA, Polyana Batista da. **Observação como Técnica de Pesquisa Qualitativa: Panorama em Periódicos Contábeis Brasileiros**. In: 1º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA CCGUNB, 4., 2018, Brasília. 1º Congresso de Iniciação Científica CCGUnB. Brasília: Unb, 2018. p. 1-18.